



**ARTIGO SOBRE A PESQUISA DE CONCLUSÃO DE CURSO
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TURMA: 2014-1**

**DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO PARA AS COOPERATIVAS DE
CRÉDITO: CASO DA COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO
DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL DO ESTADO DE
RONDÔNIA - CREDIFORTE**

INSERÇÃO AO CONHECIMENTO

MINISTRADO NO CURSO:

DISCIPLINAS:

CONTABILIDADE GERENCIAL E
BALANÇO SOCIAL E AMBIENTAL DAS ORGANIZAÇÕES

AUTORES:

*Pedro Luiz de Oliveira Neto e
João Antônio Pereira dos santos*

ORIENTADORA:

PROF^a. GLEIMIRIA BATISTA DA COSTA, DOUTORA

PORTO VELHO – RO/2014

**DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO – DVA PARA AS
COOPERATIVAS DE CRÉDITO: CASO DA COOPERATIVA DE ECONOMIA E
CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL DO
ESTADO DE RONDÔNIA - CREDIFORTE**

RESUMO

O presente estudo objetiva apresentar a importância da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como ferramenta de análise gerencial na Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Executivo Federal do Estado de Rondônia – CREDIFORTE, localizada no município de Porto Velho (RO), tomando por base o período de 2012-2013. Realizou-se um estudo de caso, a partir de um levantamento bibliográfico e documental, utilizando-se abordagem qualitativa. Dados secundários foram obtidos a partir das Demonstrações Contábeis divulgadas pela entidade, no período estudado, a fim de sistematizá-los e compará-los, descrevendo-os conforme o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC-09), cujas informações estão inseridas na DVA. Como resultado, foram geradas informações que podem ser utilizadas tanto para tomadas de decisões gerenciais – no caso, pelos gestores –, quanto para tomadas de decisões em investimentos e aplicações – pelos cooperados.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado, Cooperativas de Crédito, Demonstrações Contábeis, CREDIFORTE.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade, desde sua concepção, está voltada à informação, tendo como usuário principal, durante muito tempo, os empresários/proprietários, visando com isso atender especialmente seus interesses e também do fisco. O Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) restringem-se a evidenciar a situação econômico-financeira das entidades, sendo necessário aos usuários da contabilidade buscar outras fontes de informações sobre sua capacidade de gerar riqueza. Com o crescimento e o desenvolvimento das organizações, surgiram outros interessados nas informações contábeis, como acionistas, clientes e fornecedores, o Governo e a sociedade em geral.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é uma das ferramentas mais importantes na tomada de decisão pelos gestores de instituições, especialmente os que têm uma preocupação latente pela questão social.

O presente estudo visa ressaltar a importância da Demonstração do Valor Adicionado como ferramenta de análise na Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Executivo Federal do Estado de Rondônia – CREDIFORTE, tomando por base o período de 2012-2013.

A DVA está contemplada no Balanço Social e serve como ferramenta de análise da riqueza gerada pela instituição e a forma pela qual é feita a distribuição dessa riqueza. A Lei nº 11.638/07 estabelece a obrigatoriedade de elaboração da DVA apenas às companhias de capital aberto, entretanto, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC recomenda que as demais companhias também apresentem a DVA, em virtude da relevância que as informações contidas representam para a sociedade.

A DVA ainda complementa as informações apresentadas pelas entidades, tendo como foco enfatizar a contribuição e a importância da instituição no desenvolvimento econômico-social da região onde está inserida e discriminar o que a instituição agregou de sua riqueza gerada à economia local, bem como a forma como foi efetuada a distribuição de tal riqueza.

Como problematização a pesquisa busca responder as seguintes indagações: *Qual a riqueza produzida pela CREDIFORTE e como se fez sua distribuição? Qual a parcela distribuída aos seus cooperados?*

Como objetivo geral busca-se apresentar a DVA com foco na riqueza produzida e sua distribuição. Quanto aos objetivos específicos, pretende-se: 1) Descrever a metodologia da DVA, 2) Elaborar a DVA e 3) Analisar as Informações das Demonstrações.

Realizou-se uma pesquisa descritiva, através de um estudo de caso, com levantamento bibliográfico e documental, utilizando-se abordagem qualitativa, bem como dados secundários, materializados na análise do componente do Balanço Social da CREDIFORTE, a partir da confecção da DVA - Demonstração de Valor Adicionado, verificando-se a produção, informação e distribuição das riquezas geradas por essa instituição.

Quanto à estruturação deste artigo, logo após esta introdução segue-se a fundamentação teórica abordando as Demonstrações Contábeis, o Balanço Social e o conceito de valor adicionado. Na sequência salienta-se o objeto de estudo. Depois, os procedimentos metodológicos utilizados e, em seguida, são apresentados os resultados e discussões apuradas. Por fim, são relatadas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A contabilidade registra e controla os dados econômico-financeiros das instituições, bem como os sociais atrelados as suas atividades. Atualmente a responsabilidade social é um dos fatores de grande relevância na tomada de decisões, nas grandes organizações, levando em consideração a importância de se demonstrar o compromisso social, e não apenas sua eficiência econômica. Para tanto, se fazem necessárias a elaboração e a análise de diversas Demonstrações Contábeis. (SANTOS, 2003).

2.1 Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são uma das principais ferramentas na tomada de decisão, sejam elas: Balanço Patrimonial (BP), Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Lucro e Prejuízo Acumulado (DLPA), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPA) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Conforme Ferreira (2007), o Balanço Patrimonial - BP é limitado, uma vez que é um reflexo do resultado, tendo por base a data do encerramento do exercício, do ativo, obrigações e situação líquida da instituição. Nesse aspecto, o BP é um demonstrativo que traz apenas os fatos registrados, conforme princípios contábeis, e os apresenta de forma quantificáveis financeira e patrimonialmente, isto é, trata-se de um retrato da situação patrimonial da organização em determinado momento.

Quanto à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), é a exposição da variação do patrimônio em decorrência do resultado exercício. Limita-se a demonstrar tal variação e o resultado econômico das aziendas, ou seja, a confrontação das receitas auferidas e as despesas incorridas em um determinado exercício social. (FERREIRA, 2007)

Esse mesmo autor afirma que a Demonstração do lucro e prejuízo acumulado – DLPA visa apresentar a forma pela qual o resultado do exercício foi destinado, representando, desse modo, a dinâmica de uma única conta do patrimônio líquido, que pode ter duas nomenclaturas diferentes: lucros acumulados, se o resultado do exercício for positivo, ou prejuízos acumulados, caso o resultado do exercício seja negativo.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) tem como finalidade apresentar as alterações que ocorreram em determinado exercício no patrimônio líquido da empresa. No dizer de Ferreira (2007), esse tipo de demonstração contábil surge da necessidade de instrumentos mais transparentes, juntamente com a relação intersocial existente com a globalização de mercado, a qual exige conhecimentos adicionais que podem ser identificados na DVA.

2.2 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) surgiu por influência da França e da Alemanha como forma de mensuração da participação das empresas no contexto social. A DVA é uma demonstração que segundo Athar (1999) surgiu na Europa e tem sido nos últimos anos cada vez mais solicitada em nível internacional. Para Cosenza (2003), as primeiras aplicações da informação do Valor Adicionado surgiram nos Estados Unidos da América (EUA), na década de vinte, quando foi utilizado como base para cálculo dos sistemas de pagamento de incentivos governamentais.

A DVA integra o Balanço Social, que no Brasil, surgiu com a campanha do sociólogo Herbert de Souza (1935-1997). Foram promovidos grandes debates no âmbito nacional envolvendo entidades como Abrasca (Associação Brasileira de Capital Aberto), PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) e CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Apesar de ainda não ser obrigatório no Brasil, algumas empresas já publicam o Balanço Social como é o caso do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste, do Banco Itaú, Banco do Brasil, etc.

Ao compor o Balanço Social, a DVA tem como objetivo demonstrar o desempenho econômico da empresa e seu relacionamento com a sociedade, evidenciando quanto de valor a empresa agrega durante o seu processo produtivo e ampliando os horizontes de seus usuários, tendo, desse modo, uma função muito importante na medida que fornece a informação sobre a riqueza criada pela empresa e a forma como esta riqueza foi aplicada.

Para Tinoco (2006), O valor adicionado é uma das maneiras de se analisar o desempenho social e econômico das organizações no sentido de informar a geração da riqueza e a forma com que esse valor foi distribuído aos diferentes agentes sociais.

Valor adicionado é a remuneração dos esforços desenvolvidos para a criação da riqueza da empresa. Tais esforços são, em geral, os empregados que fornecem a mão de obra, os investidores que fornecem o capital, os financiadores que emprestam os recursos e

o governo que fornece a lei e a ordem, infraestrutura socioeconômica e os serviços de apoio (DE LUCA, 1998, p. 28).

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por meio do Pronunciamento Técnico 09, a entidade deve elaborar a DVA e apresentá-la como parte integrante das suas demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada exercício social. Sua elaboração deve basear-se nas demonstrações consolidadas e evidenciar a participação dos sócios não controladores. A DVA deve também proporcionar aos usuários informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

Com esse pronunciamento, o CPC estabeleceu critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a qual representa um dos elementos componentes do Balanço Social e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período.

Sua elaboração deve levar em conta o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC intitulado Estrutura Conceitual Básica para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, e seus dados, em sua grande maioria, são obtidos principalmente a partir da Demonstração do Resultado.

- **Características Básicas da DVA**

A DVA tem como características básicas fornecer informações que demonstre a geração de riqueza da empresa e seus efeitos sobre a sociedade que está inserida e demonstra o valor adicionado em cada um dos fatores de produção e seu destino, tais como: dispêndio na remuneração dos empregados; geração de tributos ao governo (municipal, estadual e federal); remuneração do capital de terceiros através de juros; remuneração dos acionistas através da distribuição de lucros.

Serve também para somar os valores obtidos nas Demonstrações de Valor Adicionado apresentados pelas unidades produtivas dos mais variados níveis de atividades econômicas que são classificados pelo IBGE, excluídas as duplas contagens, pode ser

considerado como o próprio PIB do país, podendo-se efetuar análise vertical/horizontal dessa demonstração, com a comparação da participação de cada item da demonstração em sucessivos exercícios sociais, enfatizando sua evolução.

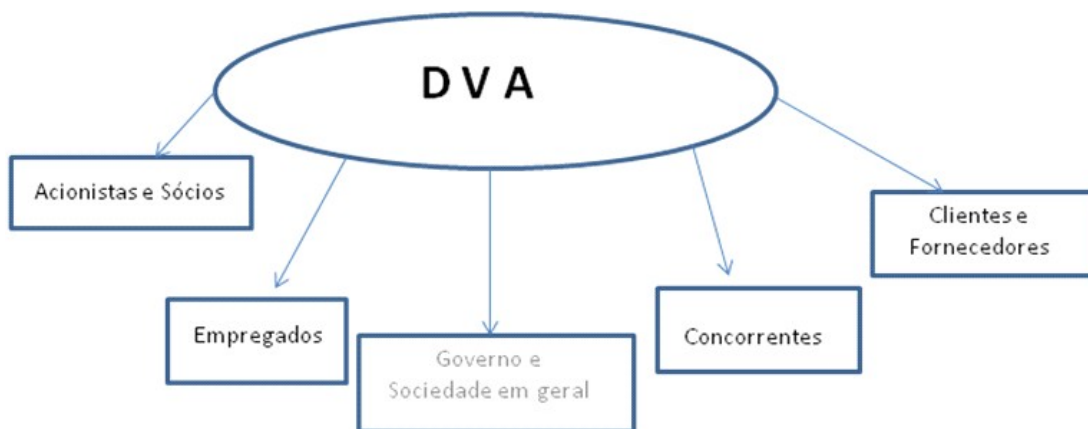
Nesse aspecto, a Lei nº 11.638/07 estabelece a obrigatoriedade de elaboração da DVA apenas às companhias de capital aberto, entretanto, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) recomenda que as demais companhias também apresentem a DVA, em virtude da relevância que as informações contidas representam para a sociedade.

Como componente do Balanço Social, a Demonstração do Valor Adicionado complementa as informações apresentadas pelas entidades, tendo como foco enfatizar a contribuição e a importância da instituição no desenvolvimento econômico-social da região onde está inserida e discriminar o que a instituição agregou de sua riqueza gerada à economia local, bem como a forma como foi efetuada a distribuição de tal riqueza.

A elaboração da DVA tornou-se necessária devido ao fato de que a DRE demonstra apenas parte da riqueza gerada, a qual permanece na entidade na forma de lucro, ou seja, não salienta as demais gerações de riqueza da empresa. Com efeito, verifica-se que os demais demonstrativos também não são capazes de mostrar interna e externamente qual o valor gerado pela entidade em relação às mercadorias/insumos que adquire.

A DVA por se tratar de um demonstrativo obrigatório para as sociedades de capital aberto evidencia informações que as demais demonstrações não fornecem e com isso tem sido muito utilizada por diversos usuários como se observa na figura 1.

Figura 1: Usuários da DVA



Fonte: elaborado pelos autores.

O número de usuários da DVA tem aumentado significativamente, variando desde os usuários internos (proprietário, empregados, sócios) como os externos (bancos, governo, investidores, acionistas, clientes, fornecedores, concorrentes e a sociedade em geral)

2.2.3 Elaboração da DVA

A DVA é elaborada à semelhança da DRE, já que, segundo Mott (1996), as duas demonstrações são preparadas a partir dos mesmos dados financeiros. Para elaboração e posterior análise da DVA, De Lucca (1998) estabelece os seguintes conceitos:

a) Valor Adicionado Bruto (VAB), que refere ao valor agregado da atividade operacional da empresa. Normalmente, é encontrado pela diferença entre as receitas e os insumos adquiridos de terceiros, custos da matéria-prima, mercadoria, serviços, impostos recuperáveis e as despesas administrativas e de vendas, abatimentos e devoluções.

b) Valor Adicionado Líquido (VAL): valor adicionado bruto descontado as

retenções como depreciação, amortizações e exaustões;

c) Valor Adicionado Recebido em Transferência (VART): é o valor do resultado de atividades que influenciam a riqueza da empresa, apesar de não ter sido gerada por suas atividades normais. Trata-se de riqueza de atividades que agregam valor em outras empresas. Exemplo: receitas financeiras e resultado dos investimentos em participações acionárias;

d) Valor Adicionado Total (VAT): é o resultado da soma do valor adicionado líquido e o valor adicionado recebido em transferência. Representa o valor adicionado a ser distribuído;

e) Participação no Valor Adicionado Total (PVAT): indica qual a participação de empregados, sócios e acionistas, governos, financiadores e credores no valor adicionado total a distribuir.

Além disso, para entender os conceitos dos grupos que compõem a DVA, apresenta-se o modelo a seguir:

Figura 2: Modelo de Demonstração do Valor Adicionado - DVA

MODELO DE DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
DESCRIÇÃO	20x0	20x1
1. RECEITAS	R\$	R\$
1.1 RECEITA DE IINTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	R\$	R\$
1.1.1 OPERAÇÕES E CRÉDITO	R\$	R\$
1.1.2 RESULT. OPER. C/TITULOS VAL. MOBILIÁRIA	R\$	R\$



De acordo com o CPC 09 este grupo é formado pelas Receitas de intermediação financeira compostas pelas receitas com operações de crédito, arrendamento mercantil, resultados de câmbio, títulos e valores mobiliários e outras.		
2. OUTRAS RECEITAS		
<i>2.1 RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</i>	R\$	R\$
2.2 RENDA DE TARIFAS BANCARIAS	R\$	R\$
2.3 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	R\$	R\$
<i>3 SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	R\$	R\$
3.1 OPERAÇÕES CAPTAÇÃO NO MERCADO	R\$	R\$
3.2 OPERAÇÕES EM EMPRÉTIMOS/REPASSE	R\$	R\$
3.3 PROVISÃO P/CRED LIQUIDEZ DUVIDOSA	R\$	R\$
Neste grupo, é incluído parte dos valores realizados de ajustes de avaliação patrimonial, valores relativos à construção de ativos na própria entidade, etc. Inclui também valores considerados fora das atividades principais da entidade, tais como: ganhos e perdas na baixa de imobilizados, ganhos e perdas na baixa de investimentos, etc.		
3 VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	R\$	R\$
Representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade.		
4. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3 - 4)	R\$	R\$
5. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	R\$	R\$ -
5.1 RECEITA FINAN. (VALORES MOBILIÁRIOS)	R\$	R\$ -



Representa a riqueza que não tenha sido criada pela própria entidade, e sim por terceiros, e que a ela é transferida, como por exemplo receitas financeiras, de equivalência patrimonial, dividendos, aluguel, <i>royalties</i> , etc. Precisa ficar destacado, inclusive para evitar dupla-contagem em certas agregações.		
6. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	R\$	R\$
7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	R\$	R\$
<i>7.1 PESSOAL E ENCARGOS</i>	<i>R\$</i>	<i>R\$</i>
7.2 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$	R\$
7.3 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	R\$	R\$
7.4 DESPESAS TRIBUTÁRIAS	R\$	R\$
7.5 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIB SOCIAL	R\$	R\$
7.6 SUPERÁVIT DE ORÇAMENTO CORRENTE	R\$	R\$
Fonte: CPC 09		

Dessa forma, a DVA se apresenta como uma ferramenta de análise social, econômica e financeira, pois subsidia a demonstração do grau de contribuição de uma instituição à economia e aos agentes que colaboraram para a formação de sua riqueza.

3 OBJETO DE ESTUDO

3.1 Cooperativas

As cooperativas são sociedades de pessoas, possuem natureza e forma jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita a falência, constituída com o objetivo principal de prestar serviços a seus associados, e podendo haver um número ilimitado de cooperados. Detêm uma dupla natureza, contemplando o lado financeiro-econômico e o social de seus cooperados, que assumem ao mesmo tempo o papel de proprietário e usuário da cooperativa: administrando a empresa enquanto proprietário e usufruindo dos serviços

prestados pela mesma, enquanto usuário.

Mesmo classificadas como entidades sem fins lucrativos, as cooperativas não estão isentas de todos os impostos. A sustentabilidade das cooperativas está diretamente ligada ao seu quadro social, sob a forma de retenções e de contribuições sociais, cujos excedentes são sobras, ao invés de lucros. Esta sustentação interna é o que permite às cooperativas seu enquadramento como entidades sem fins lucrativos, por direito, uma vez que essas sobras não constituem fato gerador de impostos.

Essa classificação é feita em termos, pois todas as operações que uma cooperativa realiza fora de seus objetivos sociais (ato não cooperativo) têm que ser contabilizados em separado e havendo resultados positivos, os mesmos são considerados lucros. Logo, a condição de entidade sem fins lucrativos das cooperativas ocorre tão somente nas sobras e está diretamente relacionada ao ato cooperativo.

5.1.1 Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos do Executivo

Federal do Estado de Rondônia - CREDIFORTE

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos do Executivo Federal do Estado de Rondônia – CREDIFORTE foi fundada em 14/10/1998 por 20 Servidores Públicos do Executivo Federal, a maioria lotada na CEPLAC (**DEFINIR**), com apoio da superintendência da época e um capital inicial de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), parte integrante do SICOOB - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil.

Iniciou suas atividades em fevereiro de 2000 e atualmente está em franco desenvolvimento e o desafio de se tornar uma instituição financeira que melhor atende os Servidores Públicos do Executivo Federal do Estado de Rondônia uma vez que sua área de atuação compreende todo o Estado.

O nome CREDIFORTE tem relação com o Real Forte Príncipe da Beira em Costa

Marques, representado em sua logomarca própria registrada junto ao INPI.

Tendo como **Visão:** “Ser reconhecida como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados”, e como **Missão:** “Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades”. Seus **Valores são:** “Transparência, Comprometimento, Respeito, Ética, Solidariedade e Responsabilidade”.

A CREDIFORTE, conforme seu Estatuto Social, é composta por um Conselho Administrativo, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro, cinco Conselheiros de Administração efetivos e dois Conselheiros de Administração Suplente.

“**Art. 42** A *Cooperativa* será administrada por um Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral, nos termos dispostos em regulamento próprio, composto por 09 (Nove) membros sendo 07 (Sete) membros efetivos e 02 (Dois) Suplentes.

Art. 44 O mandato do Conselho de Administração será de 4 (quatro) anos, sendo obrigatório ao término de cada período a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.

Art. 45 O diretor-presidente e o diretor administrativo Financeiro, além das funções de gestores da *Cooperativa* e executores das deliberações do Conselho de Administração, exercerão as funções de presidente e de vice-presidente deste Conselho.”

Já o Conselho Fiscal é constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos eleitos a cada 02 (dois) anos pela Assembleia Geral, observada a renovação de, ao menos, 2 (dois) membros a cada eleição, sendo 1(um) efetivo e 1(um) suplente, conforme **Art.54** do Estatuto Social da Cooperativa.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No presente estudo, foi realizado um estudo de caso, baseado no levantamento bibliográfico e documental dos dados do balanço da CREDIFORTE, a partir dos seus livros

contábeis e do sistema de informações interno da entidade, tendo por base os exercícios de 2012 e 2013. Ainda com base nas informações obtidas, procedeu-se a um estudo dos dados que compõem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), agregada pela cooperativa no período analisado e como foi feita essa distribuição, resultando em esclarecimentos e melhor entendimento sobre os resultados obtidos.

5 RESULTADO DA PESQUISA

Nessa pesquisa buscou-se levantar os dados contidos nas demonstrações contábeis, descrever a metodologia de elaboração da DVA e sua elaboração.

De posse dos Balanços Patrimoniais – BP e das Demonstrações de Resultado do Exercício dos anos de 2012 e 2013, elaboramos a DVA da CREDIFORTE, utilizando o modelo sugerido na CPC 09, como podemos observar na figura 3.

Figura 3: Demonstração do Valor Adicionado – DVA da CREDIFORTE/PORTOVELHO, referente ao exercício 2012 e 2013.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
DESCRIÇÃO	2012	2013
1. RECEITAS	R\$ 2.627.046,04	R\$ 6.083.604,22
1.1 RECEITA DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	R\$ 2.320.391,92	R\$ 5.429.718,73
1.1.1 OPERAÇÕES E CRÉDITO	R\$ 2.319.784,61	R\$ 5.423.570,01
1.1.2 RESULT. OPER. C/TÍTULOS VAL. MOBILIÁRIA	R\$ 607,31	R\$ 6.148,72
2. OUTRAS RECEITAS	R\$ 306.654,12	R\$ 653.885,49
2.1 RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R\$ 7.169,34	R\$ 16.478,08
2.2 RENDA DE TARIFAS BANCARIAS	R\$ 266.525,37	R\$ 527.869,64
2.3 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	R\$ 32.959,41	R\$ 109.537,77
3 SERVIÇOS DE TERCEIROS	R\$ (425.739,70)	R\$ (890.247,74)
3.1 OPERAÇÕES CAPTAÇÃO NO MERCADO	R\$ (64.393,50)	R\$ (175.221,67)
3.2 OPERAÇÕES EM EMPRÉTIMOS/REPASSE	R\$ (125.854,97)	R\$ (328.528,29)
3.3 PROVISÃO P/CRED LOQUIDEZ DUVIDOSA	R\$ (235.491,23)	R\$ (386.497,78)
3 VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	R\$ 2.201.306,34	R\$ 5.193.356,48
4. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3 - 4)	R\$ 2.201.306,34	R\$ 5.193.356,48
5. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	R\$ -	R\$ -

6. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	R\$ 2.201.306,34	R\$ 5.193.356,48
7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	R\$ (933.605,73)	R\$ (2.320.404,76)
7.1 PESSOAL E ENCARGOS	R\$ (489.508,83)	R\$ (1.283.338,93)
7.2 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ (398.166,15)	R\$ (876.288,11)
7.3 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ (39.744,43)	R\$ (156.484,74)
7.4 DESPESAS TRIBUTÁRIAS	R\$ (6.186,32)	R\$ (3.312,30)
7.5 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIB SOCIAL	R\$ -	R\$ (980,68)
7.6 SUPERÁVIT DE ORÇAMENTO CORRENTE	R\$ 1.267.700,61	R\$ 2.872.951,32

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da CREDIFORTE referente aos exercícios de 2012 e 2013.

A DVA foi elaborada a partir de dados contidos nos Demonstrativos Financeiros da CREDIFORTE, sejam eles: Os Balanços Patrimoniais - BP e as Demonstrações de Resultados de Exercício – DRE dos exercícios de 2012 e 2013.

A partir da elaboração da DVA, procedemos a análise dos dados contidos na mesma, como segue:

No item 1.1 Receita de Intermediação Financeira teve no exercício de 2012 um montante de R\$ 2.320.391,92, sendo R\$ 2.319.784,61 no subitem 1.1.1 – Operações e Crédito e R\$ 607,31 no subitem 1.1.2 – Resultado de Operações c/Títulos de Val Mobiliária.

Já no exercício de 2013 esse item teve um superávit de 134% passando de R\$ 2.320.391,92 para R\$ 5.429.718,73. Sendo assim observado: O subitem 1.1.1 – Operações e Crédito um superávit de 133,79%, passando de R\$ 2.319.784,61 para R\$ 5.423.570,01 e o subitem 1.1.2 – Resultado de Operações c/Títulos de Val. Mobiliária, um superávit 912,45%, passando de R\$ 607,31 para R\$ 6.148,72.

No item 2 – Outras Receitas no exercício de 2012 foi atingido um montante de R\$ 306.654,12, sendo R\$ 7.169,34 no subitem 2.1 – Receita de Prestação de serviços, R\$

266.525,37 no subitem 2.2 – Renda de Tarifas Bancárias e R\$ 32.959,41 no subitem 2.3 – Outras Receitas Operacionais. No exercício de 2013 esse item teve um superávit de 113,23% passando para R\$ 653.885,49, sendo um superávit no subitem 2.1 de 129,84% passando para R\$ 16.478,08, o subitem 2.2 um superávit de 98,05% passando para R\$ 527.869,64 e no subitem 2.3 um superávit de 232,34% passando para R\$ 109.537,77.

Nas deduções, item 3 – Serviços de Terceiros, no exercício de 2012 essas despesas somavam R\$ 425.739,70, sendo o subitem 3.1 – Operações Captação no Mercado R\$ 64.393,50, o subitem 3.2 – Operações em Empréstimos/Repasse R\$ 125.854,97 e o subitem 3.3 – Provisões p/Cred Liquidez Duvidosa R\$ 235.491,23. Nesse item também houve uma elevação nos seus valores no exercício 2013, justificada pelo volume de negócios realizados, passando o Item 3 para R\$ 890.247,74, sendo o subitem 3.1 – R\$ 175.221,67, o subitem 3.2 – R\$ 328.528,29 e o subitem 3.3 – R\$ 386,497,78, totalizando um acréscimo nas deduções na ordem de 109,11%.

O Valor Adicionado a Ser Distribuído no exercício de 2012, foi num total de R\$ 2.201.306,34, sendo distribuído desta forma: Item 7 – Distribuição do Valor Adicionado R\$ 933.605,73, sendo no subitem 7.1 – Pessoal e Encargos R\$ 489.508,83, o que representou um percentual de 52,43% do montante, subitem Outras Despesas Administrativas R\$ 398.166,15, o subitem 7.3 – Outras Despesas Operacionais R\$ 39.744,43, Subitem 7.4 - Despesas Tributárias R\$ 6.186,32. No exercício seguinte, 2013, esse item apresentou os seguintes resultados: Item 7 – Distribuição do Valor Adicionado R\$ 2.320.404,76, sendo no subitem 7.1 – Pessoal e Encargos R\$ 1.283.338,93, o que representou um percentual de 55,313% do montante, subitem Outras Despesas Administrativas R\$ 876.288,11, o subitem 7.3 – Outras Despesas Operacionais R\$ 156.484,74, Subitem 7.4 Imposto de Renda e Contribuição Social R\$ 980,68 e o subitem 7.5 - Despesas Tributárias R\$ 3.312,30.

Observamos que o subitem 7.5 – Despesas tributárias teve um decréscimo no período, e que houve um aumento de 148,54% no total do Valor adicionado Distribuído. Tendo ainda no exercício de 2012 um Superávit de Orçamento Corrente – subitem 7.6 de R\$ 1.267.700,61 e que no exercício de 2013 esse superávit teve um aumento de 126,63%,

passando para R\$ 2.872.951,32.

Após a elaboração da DVA, encontramos os seguintes índices gerados na distribuição do Valor Adicionado da CREDIFORTE:

Figura 4. Índices de distribuição do Valor Adicionado da CREDIFORTE

ÍNDICES		
Períodos	2012	2013
Empregados (Pessoal e Encargos)	22,23%	24,71%
Governos (Impostos, Taxas e Contribuições)	0,30%	0,09%
Outras Desp. Operacionais/Administrativas	19,89%	19,88
Retenção (Superávit orçamentário corrente)	57,58%	55,32%
Total	100%	100%

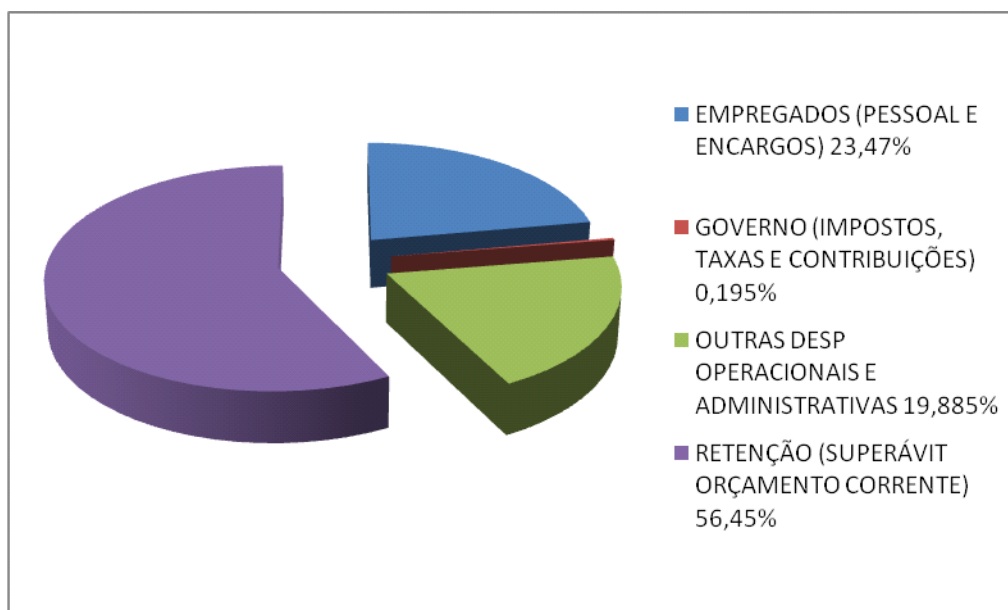
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da DVA

Verificou-se aumento no percentual da distribuição do Valor Adicionado, referente às despesas com pessoal e encargos, isso se explica pelo aumento salarial dado a partir do dissídio da categoria, o que consequentemente influenciou no acréscimo dos encargos gerados.

Observou-se que, quanto aos Impostos, Taxas e Contribuições governamentais, houve uma queda do percentual, isso se deu pela elevação considerável do montante das Receitas geradas e do Valor Adicionado a ser distribuído, porém as outras Despesas Operacionais e Administrativas se mantiveram no mesmo patamar. Muito embora, o montante retido como Superávit Orçamentário Corrente tenha sido maior no exercício de 2013 em relação ao de 2012 - 126,67% do montante desse último – seu percentual em relação ao total do Valor Adicionado a ser distribuído sofreu uma leve queda.

A média da Riqueza distribuída pela CREDIFORTE, se deu conforme a figura 5.

Figura 5. Média da Distribuição da Riqueza.



Fonte: Elaborado pelo autor, com os dados coletados da CREDIFORTE .

A média da distribuição das Riquezas geradas pela CREDIFORTE nos exercícios de 2012 e 2013 resultou nos índices acima demonstrados. Observou-se que a retenção (Superávit Orçamento Corrente) nos dois exercícios foi no montante de R\$ 4.140.651,39, sendo R\$ 1.267.700,61 no exercício 2012 (57,58% de R\$ 2.201.306,34) e de R\$ 2.872.951,32 (55,32% de R\$ 5.193.356,48), tendo uma média percentual de 56,45% nos dois exercícios, o que faz da CREDIFORTE uma instituição promissora no aspecto da continuidade como cooperativa de crédito.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, ficou evidenciado que a DVA traz um grande avanço para a contabilidade, tendo em vista que está relacionada com o Balanço Social, o qual consegue fornecer informações mais específicas e analíticas das que as oferecidas pelas outras demonstrações contábeis tradicionais.

Com a elaboração da DVA, pôde-se observar tanto o conhecimento e a capacidade

de agregação de valores a uma instituição como a CREDIFORTE, quanto a forma com que são remunerados os agentes econômicos envolvidos no processo. Além de atender a um maior número de usuários, amplia o universo atingido pela contabilidade e tem a grande vantagem de ser facilmente lida e interpretada.

Como resultado da elaboração da DVA da CREDIFORTE ficou evidenciado por meio dos montantes dos valores agregados nos exercícios sociais de 2012 e 2013 que a cooperativa tem grande potencial de agregar valor e que, inclusive, sua receita faturada aumentou 134% no período, ao passo que o valor total a distribuir elevou-se em 135,92%.

Por meio dessa Demonstração, evidenciou-se como a CREDIFORTE distribui a riqueza entre os agentes, apontando os percentuais de cada um, sendo os funcionários os que vêm ficando com a maior parte da riqueza gerada pela instituição creditícia, confirmando-se, assim, como excelente instrumento de análise.

Portanto, conclui-se que a DVA é uma nova demonstração contábil que faz parte do Balanço Social, contendo informações conclusivas e úteis para a tomada de decisão. Por fim, constatou-se que demonstrativos contábeis como o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), embora necessários e obrigatórios por lei, possuem limitações que podem ser complementadas pela DVA, na busca pelo conhecimento global do patrimônio e das relações da entidade com os seus variados usuários, visando à consecução do objetivo fundamental de qualquer entidade, que é o seu crescimento de forma rentável.

REFERÊNCIAS

Comitê de Pronunciamento Contábil. CPC 09 – **Demonstração do valor Adicionado**. Disponível em: http://www.cpc_09.org.br/pdf/cpc_09.pdf. Acessado em 20 de julho de 2014.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1998

FERREIRA, R. J. Contabilidade Avançada e Intermediária. 3ª ed. São Paulo: Ferreira, 2009.

FIPECAFI, **Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuarias e Financeiras. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanco Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar uma DVA**. São Paulo: Atlas, 2003.

TINOCO, J. E. P. **Balanco Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001.